

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.965 - RS (2018/0257011-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL
PROCURADOR : JOÃO VITOR ROLIM RUPP E OUTRO(S) - RS076864
RECORRIDO : YURI RODRIGUES VARGAS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL – RS contra acórdão proferido pelo TJ/RS assim ementado:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO INFERIOR A 50 ORTN'S. APLICAÇÃO DO ART. 34 DA LEF.

1. Estando a decisão monocrática agravada no sentido da jurisprudência dominante no Tribunal, autorizado está o relator a dar provimento ou negar seguimento ao recurso. Pacificada a matéria, razão não há para trazer a questão à mesa.
2. As razões do presente recurso não têm o condão de modificar a decisão monocrática, razão pela qual a mesma vai ratificada, na íntegra.
3. Não cabe agravo de instrumento nos autos de execução fiscal quando o valor cobrado for inferior a 50 ORTNs. Aplicação extensiva do disposto no art. 34 da lei nº 6.830/80, em respeito ao princípio da razoabilidade. Precedentes.

A parte recorrente alega violação do art. 34 da Lei n. 6.830/1980, por considerar inaplicável a restrição dos recursos em razão do valor de alçada também aos agravos de instrumento.

Sem contrarrazões.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de agravo de instrumento contra decisão de primeiro grau que indeferiu pedido de penhora pelo sistema eletrônico em razão da ausência de acesso.

O agravo interno foi desprovido pelo Tribunal *a quo*, por esbarrar no óbice do valor de alçada de 50 ORTN do art. 34 da LEF (e-STJ fl. 85):

Pois bem.

Na hipótese dos autos, o entendimento exarado pela Corte estadual está em conformidade com o recente precedente da Primeira Turma desta Corte Superior, que, a partir de interpretação sistemática do subsistema processual previsto para

Superior Tribunal de Justiça

as execuções fiscais de pequeno valor, posicionou-se pelo "não cabimento do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias na hipótese de a execução fiscal não alcançar o valor de alçada do art. 34 da Lei 6.830/80, conforme antigo entendimento jurisprudencial sedimentado na Súmula 259 do ex-TFR" (REsp 1.743.062/SC, de minha relatoria, DJe 12/09/2018).

Reproduzo, por oportuno, a fundamentação contida no voto condutor no referido julgado, *in verbis*:

A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias é regida pela Lei n. 6.830/1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. É o que dispõe o art. 1º da Lei n. 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal.

O art. 34 da LEF estabelece que, "das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, só se admitirão embargos infringentes e de declaração".

De outro lado, o art. 1.015, parágrafo único, do CPC/2015 dispõe ser cabível agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas no processo de execução.

Não há, portanto, dúvida a respeito dos recursos a serem interpostos contra as sentenças proferidas nas execuções fiscais de valor inferior a 50 ORTNs e contra as decisões interlocutórias.

Na verdade, especificamente, a controvérsia ora analisada reside na possibilidade de estender o valor de alçada ao agravo de instrumento. Como apontado no acórdão recorrido, o extinto Tribunal Federal de Recursos tinha entendimento sumulado sobre a possibilidade; é o que dispõe a Súmula 259 do TFR: "Não cabe agravo de instrumento em causa sujeita à alçada de que trata a Lei 6.825/1980, salvo se versar sobre o valor da causa ou admissibilidade de recurso."

À época de sua vigência, o art. 4º da Lei n. 6.825/1980 veiculava a mesma regra contida no art. 34 da Lei n. 6.830/1980:

Art 4º Das sentenças proferidas pelos juízos federais em causas de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, em que interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes a União, autarquias e empresas públicas federais só se admitirão embargos infringentes do julgado embargos de declaração.

Interessante registrar que essa lei estabeleceu "normas para maior celeridade dos feitos no Tribunal Federal de Recursos e na Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências".

A intenção buscada pelo legislador dá coerência à extensão do valor de alçada, por força de entendimento jurisprudencial (Súmula 259 do TFR), ao agravo de instrumento.

E, de fato, em interpretação sistemática do regramento legal, bastante razoável entender pelo não cabimento do agravo de instrumento, na hipótese de a legislação processual impor valor mínimo de alçada para eventual acesso ao segundo grau de jurisdição. Com efeito, se o legislador pretende não permitir o duplo grau de jurisdição nas execuções de pequeno valor, com o fim de dar maior celeridade ao processo executivo, não se revela coerente permitir a interposição de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas nesses feitos, com exceção lógica das decisões que possam afetar a própria regra de competência do órgão judicial de segundo grau, como destacado na Súmula 259 do TFR: decisões referentes ao valor da causa ou à admissibilidade de recurso.

A propósito da intenção do legislador quanto ao processo executivo fiscal

Superior Tribunal de Justiça

de baixo valor, a interpretação conferida por este Tribunal Superior ao art. 34 da Lei n. 6.830/1980 é no mesmo sentido da celeridade da tramitação.

A Primeira Seção, por exemplo, no julgamento do REsp 1.168.625/MG externou:

"o recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 ORTN [...] a ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos." Trata-se de "opção do legislador", como pontuava, em seus votos, o em. Min. Ari Pargendler (v.g.: AgRg no RMS 38.790/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 02/04/2013).

Realmente.

Se a competência do órgão judicial de segundo grau só pode ser inaugurada no caso de a execução fiscal possuir valor superior à alçada fixada pela lei, não faz sentido permitir o acionamento do Tribunal para a revisão de decisões interlocutórias.

Imperiosa, portanto, à luz princípio da especialidade, a observância do valor de alçada fixado pela Lei n. 6.830/1980 para fins de interposição do agravo de instrumento.

Nessa linha, deve-se reconhecer que o valor de alçada do art. 34 da Lei n. 6.830/1980 também se aplica aos agravos de instrumentos, nos termos de antigo entendimento jurisprudencial sedimentado na Súmula 259 do TFR: "Não cabe agravo de instrumento em causa sujeita à alçada de que trata a Lei 6.825/80, salvo se versar sobre o valor da causa ou admissibilidade de recurso."

Dessa forma, incide, na espécie, a Súmula 83 do STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", que é aplicável quando o apelo nobre é interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional

Por fim, deixo consignado não ser o caso para arbitramento de honorários recursais, pois se origina em agravo de instrumento, cuja solução não interfere na distribuição dos ônus sucumbenciais estabelecida no processo principal.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator